

Na Região Central, foram 177 alunos formados pelo Programa Voucher Desenvolvedor, com oportunidades de trabalho e renda.

TRANSPARÊNCIA

Prefeitura consulta Tribunal de Contas sobre eventual aumento salarial de servidores

A gestão municipal busca esclarecer se é possível reajustar os vencimentos de servidores e categorias que recebem abaixo do salário-mínimo

🕒 14 janeiro 2026 - 10h11 | Vinícius Santos



Fachada da prefeitura de Campo Grande. (Foto: Divulgação)

Tramita no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) uma consulta da prefeitura de Campo Grande sobre a possibilidade de conceder revisão geral anual aos servidores municipais, incluindo aumento de salários.

O presidente do TCE-MS, conselheiro Flávio Kayatt, admitiu a consulta e determinou que o processo seja distribuído ao conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, responsável pela relatoria dos processos do município para o biênio 2025/2026. Também foi solicitado o parecer do Ministério Público de Contas de MS (MPC-MS).



A prefeitura quer saber se é possível reajustar os vencimentos de servidores e categorias que recebam abaixo do salário-mínimo, cumprindo a previsão

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

12h24 **CLIMA**
Mesmo com ranking de

12h11 **JUSTIÇA**
Defesa de domicílio

11h52 **INTERIOR**
Acusado de homicídio em São Carlos popular

11h36 **INTERNACIONAL**
Brasil retoma controle da pandemia

11h23 **JUSTIÇA**
Justiça não tentou mais Campo Grande

11h11 **POLÍCIA**
Megaoperação desarticulou em vários municípios

10h52 **POLÍTICA**
Sessão de trabalhos

VER



JD1noticias.
155.759 seguidores

Seguir Página

constitucional, sem violar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00). Outro ponto questionado é a forma de cálculo do reajuste, se deve ser aplicado sobre a tabela da categoria ou sobre a remuneração individual de cada servidor.

O caso segue em tramitação, respaldado na competência da Corte nos termos da Lei Complementar nº 160/2012, que dispõe sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos municípios, incluindo a análise da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

JD1 No Celular

Acompanhe em tempo real todas as notícias do Portal, [clique aqui e acesse o canal do JD1 Notícias no WhatsApp](#) e fique por dentro dos acontecimentos também pelo nosso grupo, [acesse o convite](#).

Tenha em seu celular o aplicativo do **JD1** no **iOS** ou **Android**.

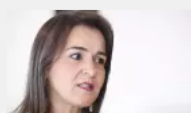
 Reportar Erro



DEIXE SEU COMENTÁRIO

Carregando...

LEIA TAMBÉM



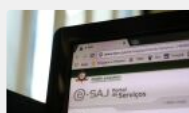
Política

Em menos de 24h, Adriane veta lei dos vereadores que suspendia alta do IPTU na Capital



Transparência

MPMS aponta irregularidades e pede anulação de processo seletivo em Cassilândia



Transparência

Mato Grosso do Sul registra avanço no Judiciário com 512 mil processos julgados



Justiça

Justiça não vê urgência e mantém advogados comissionados atuando na Agetran



Justiça

Casar ou separar: casamento e divórcio são as principais demandas da Justiça Itinerante

